

A ciência da informação e a transição paradigmática

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA
Universidade do Porto, Portugal

PARADIGMA(S) E ACTIVIDADE CIENTÍFICA: O LEGADO DE THOMAS KUHN

Thomas Kuhn, no seu livro *A Estrutura das revoluções científicas* (1ª ed. 1962), tornou o conceito de paradigma obrigatório no debate epistemológico sobre as dinâmicas interna e social da “ciência normal”:

Com a escolha do termo pretendo sugerir que alguns exemplos aceites na prática científica real-exemplos, que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica [...]

O estudo dos paradigmas, muitos dos quais bem mais especializados do que os indicados acima, é o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica determinada na qual atuará mais tarde. Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente irá provocar desacordo declarado sobre pontos fundamentais (Kuhn, 2000).

A “ciência normal” é guiada por um paradigma estável e prossegue a trajetória, não sem que surjam descobertas e teorias novas, mas sem que causem, de imediato, efeito revolucionário no *status quo* predominante. Chegará, porém, o momento em que a revolução científica terá condições para ocorrer e, então, a mudança de paradigma impõe-se (Kuhn, 2000).

Apesar do meritório e largo esforço de clarificação feito por Kuhn, nomeadamente junto de especialistas de outros campos como o das Ciências Sociais (Kuhn, 2006: 265-274), as interpretações que se foram multiplicando do seu conceito exigem que nos posicionemos com clareza. Para nós, paradigma é um modo de pensar, de formular princípios que regem as teorias e as práticas científicas durante um período de tempo que pode ser longo (mais de uma geração). E a mudança de paradigma fora do âmbito da “ciência normal” (ou ciências naturais e exactas) e até mesmo dentro desse âmbito, não ocorre necessariamente por revolução ou ruptura. A existência de um processo de transição paradigmática que implica a permanência de elementos do paradigma anterior e a coexistência mais ou menos prolongada do antigo e novo paradigmas, parece-nos uma evidência que corrige a formulação kuhniana, redutora e incompleta. Partilhamos, por isso, as observações críticas feitas por Miguel Rendon Rojas, mas não vemos necessidade de evitar o uso do conceito de paradigma desde que devidamente adaptado à complexa especificidade das Ciências Sociais (Rendón Rojas, 2011: 2-4). Trata-se de um conceito mais rico e plástico que o proposto por Lakatos de Programas de Investigação Científica (cit. por Rendón Rojas, 2011: 4), expressão incapaz de absorver a dimensão mental (modo de ver e de pensar e de transmitir pelo ensino e pelo convívio aos discípulos não apenas teorias e métodos, mas princípios e valores deontológicos e filosóficos) que o conceito de paradigma, bem mais plástico, permite sugerir.

OS PARADIGMAS PROPOSTOS PARA A ÁREA DA INFORMAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

Entremos, pois, na análise dos eventuais paradigmas que possibilitam pensar a evolução e amadurecimento científicos do campo da Documentação/Informação.

Estes dois termos servem, genericamente, para designar uma área de estudo científico que, consoante a perspectiva epistemológica adoptada, tanto agrega várias disciplinas, como uma só. Daí que, para facilitar a compreensão de sua natureza e funcionamento, insistamos numa categorização genérica que ajude a “arrumar” as contribuições teórico-práticas que vêm sendo acumuladas desde o século XIX: (a) perspectiva “cumulativa ou fragmentária”; e perspectiva “evolutiva”.

A afirmação profissional na área da documentação/informação, sustentada por uma formação específica, teve início em meados do século XIX, desenvolvendo-se no âmbito de instituições como as bibliotecas e arquivos nacionais, a que podemos, naturalmente, acrescentar os museus nacionais de arte e de história natural. E esta situação concreta gerou a disseminação do modelo francês, instituído com a criação da *École Nationale des Chartes* em 1821¹ e completado com a fundação, em 1882, da *École du Louvre*.²

Estamos a falar de uma formação profissional com recorte de ensino superior ou universitário que, depois de um acolhimento incipiente e pontual nas universidades durante o séc. XIX, expan-

1 Trata-se de uma instituição pública de cariz científico, cultural e profissional que beneficia do estatuto de “grande estabelecimento”. O seu objectivo *était alors de former des jeunes gens capables d’organiser les dépôts de documents issus des confiscations révolutionnaires et de renouveler l’histoire nationale, leur formation étant sanctionnée par le titre d’archiviste paléographe, créé en 1829*. Ver <http://www.enc.sorbonne.fr/l-ecole.html> (acesso em 19-9-2012).

2 Trata-se de um estabelecimento de ensino superior que lecciona cursos de História de Arte, de Arqueologia, de Epigrafia, de História das Civilizações, de Antropologia e de Museologia e que está sediado no Palácio do Louvre. Ver <http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre> (acesso em 19-9-2012).

El objeto de estudio de la bibliotecología...

dir-se-á por todo o tipo de universidades (públicas e privadas) ao longo de novecentos. No entanto e apesar desse movimento formativo dirigido para o meio acadêmico, as associações profissionais terão, em países, como a França, Portugal, Espanha e outros, um peso enorme com incidência no processo de formação e de controlo de recrutamento de seus associados.

Compreende-se esse peso uma vez que a formação profissional era obtida no quadro das instituições e serviços onde as pessoas eram colocadas, em sintonia com a sua missão e com as actividades que desenvolviam. E no quadro do paradigma vigente, não é de estranhar que a matriz da formação fosse histórico-erudita e voltada para as questões da custódia e da elaboração de instrumentos de acesso destinados a apoiar o trabalho dos historiadores. O modelo francês, custodial, histórico-positivista e patrimonialista ganhou novos contornos a partir dos finais de oitocentos. Ocorrerá, a partir de então, um aprofundamento da vertente técnica e uma cada vez maior autonomização da arquivística e da biblioteconomia (ao invés do sucedido com a museologia) em relação à história, afirmando-se como disciplinas de saber individualizado. Neste paradigma custodial, acrescido da dimensão tecnicista, a ausência de investigação é um dos traços dominantes. Emilio Delgado López-Cózar afirma que “en el desarrollo de la ByD [biblioteconomia e documentação] la teoría siguió a la práctica, no la dirigió ni la guió. La investigación, en particular, y la ByD como disciplina, en general, hunden sus raíces en la práctica bibliotecaria.” (López-Cózar, 2002)

Estando ausente uma fundamentação teórico-metodológica susceptível de sustentar o trabalho de investigação, mesmo que entendida como investigação aplicada, não é possível conceder à actividade prática e profissional um estatuto de actividade de pesquisa. Com efeito, a acção dos profissionais bibliotecários, documentalistas e arquivistas foi baseada, sobretudo, por um conjunto de orientações técnico-normativas, faltando manifestamente teorias interpretativas e métodos de investigação qualitativos/quantitativos, que são próprios do campo das ciências sociais e humanas.

Numa apreciação mais fina podemos destacar aquilo que temos designado por traços ou características essenciais de cada um dos paradigmas que é possível identificar na área profissional e científica em foco.

No tocante ao paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista a formação prática recebida no espaço acadêmico e, sobretudo, no espaço institucional ou funcional das bibliotecas, arquivos e museus apontava claramente para a sobrevalorização da custódia ou guarda, da conservação e do suporte; para a ênfase na ideia de serviço/missão custodial, tendo em vista a salvaguarda da cultura “erudita”; para a hipertrofia da memória como fonte legitimadora da cultura como reforço identitário do mesmo Estado; para a incontornável e crescente importância do acesso ao “conteúdo” (legado tecnicista de Paul Otlet e Henri Lafontaine); e para um arraigado espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência.

Por seu turno, o paradigma pós-custodial, informacional e científico está a emergir e implica, naturalmente, um *design* curricular, em nível da formação superior universitária (iniciada na licenciatura, mas com progressão no mestrado e no doutoramento), que anule as separações artificiais, que se verificam na formação tradicional. Esta perspectiva unitária procura, também, fazer a síntese com a área dos chamados sistemas (tecnológicos) de informação, tendo como campo de trabalho e profissionalização as organizações em geral. E o vector investigação não pode, também, ser desligado da fundamentação teórica (preferência pela teoria sistémica), nem da abordagem metodológica - método quadripolar (Silva; Ribeiro, 2002: 84-121), além de exigir que destaquemos áreas específicas de problematização e de estudo: a valorização do contexto de produção da informação; a análise dos fluxos e usos da informação; o estudo do comportamento informacional, com ênfase nas questões psicológicas e cognitivas; e o enquadramento do normativismo de maneira a que seja encarado como ingrediente metodológico e não como um fim em si mesmo.

El objeto de estudio de la bibliotecología...

Tudo isto significa que o paradigma emergente pauta-se por traços ou características como são a valorização da informação enquanto fenómeno humano e social; o dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental; a prioridade máxima dada ao acesso à informação, uma vez que só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação; o indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos; a assunção de uma postura sintonizada com as ciências sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos; e a lógica científico-compreensiva em substituição da lógica instrumental.

IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Do paradigma custodial na arquivística, biblioteconomia-documentação e museologia

Os paradigmas nascem, consolidam-se e entram em crise, sendo substituídos por outros, podendo coexistir durante um tempo variável, pelo que se torna palusível atribuir-lhes uma periodização. E é isso que propomos, de imediato, para os paradigmas em foco.

O paradigma custodial estendeu-se, dominante, desde finais do séc. XVIII até meados do séc. XX. E o estudo retrospectivo da criação de arquivos nacionais, das bibliotecas nacionais e dos museus nacionais de arte (antiga e arqueologia) e história natural mostra que o “estado-nação” saído da revolução francesa (1789-1799) aproveitou, nuns casos, estruturas pré-existentes e criou outras de raiz para assim instituir oficialmente os “lugares de memória” (Nora, 1986) que ajudassem a definir e afirmar a identidade ideal(izada) do respectivo povo. A importância ideológica e política desses espaços, erguidos e vistos como repositories da cultura erudite e popular tornou-se evidente e incontornável.

Ao princípio, os três tipos de “lugares” ficaram amarrados entre si por três conceitos comuns e tutelares: a cultura, o património e a memória. Estes conceitos operatórios foram essenciais, dentro do “estado-nação”, para legitimarem e concretizarem a unidade dos povos em torno de uma identidade clara e forte. Ao serviço da história-ciência, estes conceitos integraram o discurso estruturante do objecto científico próprio. A importância da história e das “humanísticas” (com destaque para a filologia), na formação científica dos profissionais desses três “lugares”, foi, ao princípio, hegemónica, sendo certo que a formação prática ou técnica se fez, desde o início, no local de trabalho como era óbvio em nível de senso comum.

Essa influência prolongou-se, contudo, muito para além do momento ou fase em que essas disciplinas práticas e profissionais (arquivologia, biblioteconomia e museologia) acentuaram a sua vertente tecnicista e se autonomizaram ou entraram em conflito com a “ciência-mãe”. Essa fase varia de disciplina, mas, no caso, da arquivologia e da biblioteconomia, situa-se no final de XIX.

A necessidade de uma especialização técnica, que acompanhou a transição da primeira para a segunda vaga de industrialização, no mundo ocidental, ajuda a compreender um efectivo afastamento da museologia relativamente à arquivologia e à biblioteconomia/documentação. E os supracitados conceitos de cultura, de património e de memória, como factores cruciais de identidade, deixaram de se sobrepôr a características materiais específicas dos objectos ou dos documentos guardados nos arquivos, bibliotecas e museus (Rodríguez Bravo, 2002). Explicando melhor diremos que a especificidade de cada artefacto determinou o espaço institucional onde seria conservado e consultado ou visto: um prato é distinto de um livro quer no que respeita à configuração e natureza química do “suporte”, quer no que tange à sua função ou objectivo funcional/de uso para que foi concebido e fabricado, não obstante ambos poderem ser englobados naqueles três conceitos, demasiado vagos e genéricos, e, conseqüentemente, insuficientes para guiarem as descrições e as apropriações mais finas de cada artefacto em concreto.

El objeto de estudio de la bibliotecología...

Daqui resultou, de forma natural, uma tendência especializadora que levou a arquivologia a centrar-se no “documento de arquivo” (conceito ambíguo, mas aceite como elemento distintivo do ponto de vista corporativo e profissional relativamente ao bibliotecário e ao seu objecto próprio que era o livro ou a publicação impressa – Rodríguez Bravo, 2002: 119-157), a agarrar-se ao conceito incorporacionista de fundo em contraponto ao de colecção, considerada mais ampla e aleatória e a exhibir como princípios “teóricos” o da proveniência, o da ordem original e ainda o das “três idades do documento” (corrente, intermédia e permanente ou histórica). Levou, também, a biblioteconomia a cingir-se ao documento impresso e a eleger a colecção como a unidade agregadora e significante do “átomo documental”. Com a aceleração do tempo e do processo histórico, nomeadamente o arranque e expansão da segunda revolução industrial, as velhas bibliotecas eruditas, recheadas de incunábulos, livros, opúsculos, folhetos e outras publicações editadas até meados de oitocentos, deram lugar a serviços criados no seio de instituições públicas e privadas, com a missão de receberem e de tratarem de forma mais precisa documentos recentes de cariz científico e tecnológico que importava conhecer para que o progresso industrial e técnico em curso prosseguisse e se superasse. Deu-se, assim a modernização da biblioteconomia através do esforço teorizador de Paul Otlet e Henri Lafontaine em torno da documentação - o livro antigo e a erudição filosófica, humanística e literária cederam o centro da atenção “bibliotecária” a todos os tipos de documento produzidos não no passado, mas no presente e em nome do desenvolvimento da ciência e indústria. E, por fim, levou a museologia a renovar-se já em pleno séc. XX, mas sem se autonomizar do peso tradicional dos conceitos de cultura e de património. Este aparente paradoxo fez com que se mantivesse centrada no espaço e em suas colecções e ficasse refém de um profundo equívoco: o conservador do museu só nominalmente era museólogo, porque o conhecimento científico de base que lhe era necessário para descrever e compreender as colecções sob sua custódia, sempre foi outro - a história da arte, a paleontologia, a arqueologia ou a

Etnologia. Claro está que tanto os arquivistas como os bibliotecários sofreram da mesma duplicidade negativa, que secundarizou e retardou o processo de efectiva autonomização científica do “saber” arquivístico, biblioteconómico e museológico.

Na segunda metade do séc. XX o museógrafo/museólogo empenhado na comunicação das coleções e em ruptura com o estatuto tradicional do “conservador/custodiador” (e alargando, por influência da antropologia e da ecologia, o conceito de museu para englobar espaços naturais intocados) tendeu a conflitar com o especialista que as estuda e as conhece, mas esta tensão permanece confusa e de difícil superação dentro do paradigma custodial vigente.

Chegados a este ponto importa sintetizar as implicações epistemológicas do paradigma custodial. E podemos fazê-lo através do binómio mentefacto-artefacto, em que aquele é a ideia/representação mental e emocional (informação-definição proposta por Silva; Ribeiro, 2002: 37; e Silva, 2006: 25 e 150) pronta a ser coisificada, e este a coisa idealizada ou derivada da representação mental e emocional. Dentro do paradigma custodial e depois do sincretismo inicial em que, sob a tutela da história e da erudição humanística as três disciplinas prático-profissionais surgiram juntas e vinculadas entre si, deu-se, progressivamente, a especialização e a fragmentação/autonomização dessas disciplinas através da ênfase nas características distintivas do artefacto/documento e não do enfoque prioritário no mentefacto/informação - seu contexto, suas relações, organização e reprodução.

Do paradigma pós-custodial na ciência da informação transdisciplinar

O paradigma emergente, pós-custodial, informacional e científico postulado para a área da documentação/informação surge associado à perspectiva evolutiva que anuncia como inevitável a emergência de uma CI transdisciplinar, isto é, que agrega em si e resulta da fusão das disciplinas práticas arquivologia, biblioteconomia e documentação. Note-se que só num esquema ou diagra-

El objeto de estudio de la bibliotecología...

ma de 2006 aparece a museologia como potencial presença no espaço transdisciplinar (Silva, 2006: 28).

Esta CI é definida como uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação) (Silva, 2006: 141). E outras definições operatórias importantes dentro do novo paradigma devem ser aqui destacadas.

Começemos pela de documento, que é, em sentido geral, informação registada num suporte (Rodríguez Bravo, 2002: 91; Silva, 2006: 145). No entanto e sem entrarmos sequer em especificações de género ou de tipologia substantiva, como as que levaram à formulação do “documento de arquivo”, conotado expressamente com conteúdos administrativos ou elaborados segundo objectivos e estilo jurídico-administrativos (Rodríguez Bravo, 2002: 119 e ss.), não é difícil advinhar por trás de tão curta e simples definição uma certa complexidade. E ela emerge no célebre verbete do historiador francês Jacques Le Goff sobre documento/monumento. Recorrendo a Michel Foucault a propósito da definição que este deu de “revolução documental”, extractou o seguinte:

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar” os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto [*ibid.*, pp. 13-14] (Le Goff, 1984: 102).

Para mais adiante sublinhar que o “documento não é inócuo”, em contraponto ao que ingenuamente foi estabelecido pela história positivista, sendo, sobretudo, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, *mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver; talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio* (Le Goff, 1984: 103). Neste sentido total o documento é monumento:

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (Le Goff, 1984: 103-104).

Este alerta de Le Goff devia ter já calado fundo nos arquivistas que não podem manter, por mais tempo, a ingenuidade de confundirem autenticidade e valor probatório com verdade. É certo que existe cada vez mais, entre eles, a nítida consciência desse risco e daí o esforço teorizador em torno do tópico da “evidência arquivística” ou a evidência do documento de arquivo, sendo, assim, enfatizada e muito oportunamente a importância essencial do contexto e do(s) momento(s) de produção. No entanto, este esforço parte de um equívoco simplório de que há um documento de arquivo tão distinto e único que gera e legitima a existência e a autonomia de uma disciplina científica própria – a Arquivística. Em rigor, não se pode dizer que há documentos arquivísticos ou de arquivo, bibliográficos ou de biblioteca e tridimensionais ou de colecções museológicas, porquanto estas qualificações valorizam o local de depósito, de custódia e de fruição ou uso desses artefactos e não a sua natureza informacional e como esta foi plasma-

El objeto de estudio de la bibliotecología...

da, inscrita num determinado suporte ou material. Em rigor o que temos, na óptica que importa para a CI transdisciplinar definida acima, é informação inscrita de diferentes maneiras num suporte. E para que possamos prosseguir e perceber as diferentes acepções possíveis de documento temos de nos entender em torno de uma definição operatória de informação. A que usamos é esta:

o conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com / pela interacção social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada (Silva, 2006: 25 e 150).

Esta definição operatória mostra um corte ou uma superação face à influência nas ciências sociais e, sobretudo, nas ciências da comunicação, a partir de meados do séc. XX, da teoria matemática da informação (Shannon & Weaver) e da cibernética de Norbert Wiener. Mas este corte não impediu, naturalmente, que a crescente predominância das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em todos os sectores da vida social, fossem incorporadas no “novo objecto” da CI. A CI (re)construiu o seu objecto deslocando a centralidade da exploração e da compreensão do artefacto para o mentefacto, o que teve como consequência o abandono das noções estáticas e datadas de “fundo” e de “coleção” e a adopção do conceito de sistema de informação, por influência da teoria geral dos sistemas (Berthalanfy) E a questão epistemológica que se põe, aqui e agora, tendo em conta precisamente esta CI transdisciplinar ou unificada e interdisciplinar tanto no campo natural das ciências da informação e da comunicação (as CIC), como no campo mais vasto das ciências sociais e de outras ciências e saberes, é esta: a museografia/museologia partilha o mesmo objecto da CI? A resposta a esta questão é todo um programa de reflexão e de pesquisa que precisa ser desenvolvido e aprofundado.³

3 Está a ser elaborado com o colega da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Carlos Alberto Ávila Araújo, sobre toda esta aliciante e espinhosa problemática.

Para esse desiderato, adiantamos alguns elementos que passam pela necessidade de clarificar bem e até à exaustão possível os binómios mentefacto – artefacto e informação – documento. São dois pares ou binómios correlatos e sinónimos, mas não nos parece redundante que possamos, pontualmente, como aqui, usá-los em paralelo e de forma enfática: através da palavra metefacto fica mais explícita a raiz cognitiva e mental da informação e através da palavra artefacto fica mais explícita a proveniência humana/social do documento.

Temos, assim, que documento é toda e qualquer inscrição num suporte material e externo à pessoa humana ou a um “eu” psicossocial de representações mentais e emocionais através de diferentes códigos possíveis. Isto implica uma variedade de grau de complexidade: um documento aparentemente mais simples e unívoco é a carta, o relatório, o artigo de revista ou o livro impresso composto através de palavras, números, gráficos, esquemas e imagens. Mas se estes tipos simples de artefactos são documentos, é impossível negar que uma pintura de Miguel Ângelo ou de Picasso seja um documento. Como é igualmente impossível, seguindo a decorrência lógica da definição de informação com que trabalhamos, que uma escultura, um edifício, um automóvel, uma cadeira ou outro artefacto qualquer não sejam documentos – são sim e na exacta medida em que resultam da inscrição de informação (representação mental e emocional codificada) numa substância material manufacturada de maneira a concretizar a concepção, o projecto a ideia orientadoras. Mas em contrapartida, uma pedra ou uma planta surgidas na natureza sem intervenção humana não é um documento e continuará a não sê-lo mesmo que seja colhida e levada para um laboratório ou para um outro sítio (ou contexto) qualquer. Questiona-se, assim, o famoso exemplo dado por Suzanne Briet

Une étoile est-elle un document? Un galet roulé par un torrent est-il un document? Un animal vivant est-il un document? Non. Mais sont des documents les photographies et les catalogues d'étoiles, les pier-

El objeto de estudio de la bibliotecología...

res d'un musée de mineralogy, les animaux catalogues et exposés dans un Zoo.

[...] par exemple, une antilope d'une espèce nouvelle a été rencontrée en Afrique par un explorateur qui a réussi à en capturer un individu qu'il ramène en Europe pour notre Jardin des Plantes [...] L'antilope cataloguée est un document initial et les autres documents sont des documents seconds ou derives (Briet, 1951: 7-8).

O antílope quer no seu habitat natural, quer no jardim zoológico continua a ser um animal e como categoricamente afirmou Briet, um animal não é um documento. Uma fotografia ou uma referência catalográfica/descriptiva desse animal já é um documento. Mas o animal, acrescentamos nós, continua a não ser um documento mesmo que seja levado para um contexto onde vai ser estudado e fruído para deleite e entretenimento de várias pessoas. Reside aqui a nossa divergência com Suzanne Briet e todos os que têm reproduzido a sua “tese”. Entendemos que apesar de ser importante a mudança de contexto de observação – um antílope visto na selva é contextualmente diferente de o observarmos num zoo – a definição do que é documento, ou do que não é, não pode depender de um factor exógeno ou, dito ainda de outro modo, de um sujeito externo que o percebe. Se dependesse de tal factor estaríamos perante uma distorsão lógica, porque não se deve confundir o acto de leitura ou de extração do sentido que um artefacto possui em si com o sentido que alguém constrói ou formula ao observar determinado artefacto ou uma determinada coisa. É, pois, oportuno e necessário estabelecer uma distinção conceptual entre documento, isto é, um artefacto que contém informação e um semióforo, conceito usado por Krzysztof Pomian na acepção de “aqueles [objectos] que se estudam” (Pomian, 1984: 76). Explorando um pouco mais este conceito operativo empregue por Pomian no verbete *colecção* da Enciclopédia Einaudi vem a propósito destacar a diferenciação que ele elaborou entre coisa e semióforo:

Por outras palavras surge uma divisão no próprio interior do visível. De um lado estão as *coisas*, os *objectos úteis*, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos estes objectos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis, consomem-se. De um outro lado estão os *semióforos*, *objectos que não têm utilidade*, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, *são dotados de um significado*; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura [...]

Tiram-se, assim, duas conclusões: a primeira é que um semióforo accede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objecto, menos utilidade tem, e vice-versa (Pomian, 1984: 72).

Não é exactamente no sentido emprestado por Pomian ao termo semióforo que ele nos seduz, mas no seu potencial para a resolução do equívoco patente em Briet e seus sequazes. Um semióforo, na nossa proposta interpretativa, tanto é um documento/artefacto como uma coisa natural - entendemos por coisa não um objecto utilizado como sugere Pomian, mas algo que existe de natureza corpórea independente da acção ou intervenção humanas. É, portanto, todo o artefacto/documento e/ou coisa que suscita a produção de significado através de um acto expositivo programado ou através de um simples contacto accidental. Se quisermos recuperar os exemplos de Suzanne Briet uma estrela é um semióforo porque ao ser observada, estudada ou apreciada por alguém ou por um grupo de pessoas gera a produção de sentido, ou seja, provoca um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (informação), mas em nenhuma circunstância é um documento. Assim como um antílope não sendo nunca um documento, esteja na selva ou num zoo, é sempre, potencialmente, um semióforo.

El objeto de estudio de la bibliotecología...

A partir desta perspectiva conceptual pode-se admitir que a instituição ou serviço museu é, entre os três “lugares de memória” clássicos da modernidade, o único que acolhe documentos e coisas convertidas em semióforos. Na biblioteca, centro de documentação e arquivo não há lugar para coisas, mas só para documentos que são, também, potencialmente semióforos. Nota-se que o museu se distingue por ser um espaço metadocumental e se seguirmos este trilho, de forma demasiado rápida, podemos tender a achar que a museologia integra no seu objecto de estudo algo que escapa aos binómios mentefacto-artefacto e informação-documento. Mas se tivermos em conta que qualquer coisa que vai parar a um museu é trabalhada como semióforo e geradora de muita e variada informação, uma vez que é descrita, classificada, arrumada, exposta e comunicada, não é difícil concluir que todo o trabalho museográfico feito tem paralelo ao trabalho técnico arquivístico, bibliográfico e “documentalístico”. E é possível, aqui chegados, irmos um pouco mais longe, retomando a definição operatória de CI exposta atrás: constrói o seu objecto em cima do fenómeno info-comunicacional para explorá-lo na sua dinâmica horizontal e não vertical, ou seja, desde o momento da produção de sentido (informação), passando pela compreensão das práticas e lógicas de classificação, ordenação, armazenamento, recuperação e comunicação, até chegar à complexidade das formas de uso consubstanciadas em padrões de comportamento informacional, entendido como as atitudes e as estratégias que as pessoas desenvolvem movidas por necessidades induzidas ou não em face a uma multiplicidade de tipos de informação.

NOTA FINAL

Com este pequeno estudo pretendemos, antes de mais, marcar nossa presença num grupo de discussão animado pelo colega Miguel Rendon Rojas e que versa uma temática crucial para o desenvolvimento do campo da Documentação/Informação não

apenas na Ibero-América, mas em todo o Mundo. Seguidamente, interessa-nos muito que os colegas do referido grupo e os leitores da grande comunidade a que todos pertencemos entrem no debate sobre a génese, natureza e evolução da CI. E que, em particular, a pertinente questão dos paradigmas, introduzida na nossa área com grande visibilidade por Rafael Capurro em 2003, seja debatida com profundidade, exaustividade e vontade de chegarmos a uma posição de benéfica consensualidade.

O nosso contributo está lançado e o mérito que ele eventualmente possa ter medir-se-á pela qualidade das discussões e reflexões que venham a ser suscitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Briet, Suzanne (1951), *Qu'est ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques.
- Davallon, Jean (2006), *Le Don du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation*, Paris: Lavoisier.
- Delgado López-Cózar, Emilio (2002), *La Investigación en biblioteconomía y documentación*, Gijón: Ediciones Trea.
- Deloche, Bernard (2002), *El museo virtual: hacia una ética de las nuevas imágenes. Prólogo de Régis Debray*, Gijón: Ediciones Trea.
- Le Goff, Jacques (1984), Documento-Monumento, en *Enciclopèdia Einaudi: volume 1 – memòria-història*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 95-106.
- Kuhn, Thomas S. (2000), *A Estrutura das revoluções científicas*, 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

El objeto de estudio de la bibliotecología...

Kuhn, Thomas S. (2006), *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993*, com uma entrevista autobiográfica, editado por James Conant e John Hougeland, tradução de César Mortari, revisão técnica Jézio Hernani B. Gutierre, São Paulo: Editora UNESP.

Nora, Pierre (1986), *Les Lieux de mémoire: II.2 La nation; II.3 – La nation*, Paris: Éditions Gallimard.

Pomian, Krzysztof (1984), Coleção, em *Enciclopédia Einaudi: volume 1 – memória-história*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. pp. 50-86.

Rendón Rojas, Migel Ángel (2011), “Acercamiento inicial: ciência, epistemologia, interdisciplina e transdisciplina”, em Migel Ángel Rendón Rojas, *Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad*, México: UNAM.

Ribeiro, Fernanda (2008), *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*, Porto: CETAC, Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento.

Rodríguez Bravo, Blanca (2002), *El documento: entre la tradición y la renovación*, Gijón: Ediciones Trea.

Silva, Armando Malheiro da *et al.* (1999) *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, Porto: Edições Afrontamento.

A ciência da informação e a transição paradigmática

- Silva, Armando Malheiro da (2002), “Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação”, em FEBAB, *Integrar: 1º congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, SP, pp. 573-607.
- Silva, Armando Malheiro da (2006), *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*, Porto: Edições Afrontamento, CETAC,COM.
- Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda (2002), *Das “Ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda (2010), *Recursos de informação: serviços e utilizadores*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda (2011), *Paradigmas. Serviços e mediações em ciência da informação*, Recife: Néctar.